



DATA DA REUNIÃO: DOZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

PRESIDIU: O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E ONZE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZASSEIS HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, DIANA PAULA FERREIRA SALGADO.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Voto de pesar pelo falecimento de Mário Soares.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares, nos seguintes termos:-----

VOTO DE PESAR
(Falecimento de Mário Soares)



A Câmara Municipal manifesta o mais sentido pesar pelo falecimento de Mário Soares.

Portugal e os portugueses devem a Mário Soares o combate contra a Ditadura. Dotado de uma coragem e firmeza invulgares, Mário Soares resistiu, combateu, foi preso, perseguido, exilado e deportado.

Portugal e os portugueses devem a Mário Soares o combate pela Democracia antes e depois do 25 de Abril. Dotado de uma determinação apenas ao alcance de poucos, Mário Soares foi um dos obreiros da construção da Democracia portuguesa, apontando o rumo que nos trouxe até aqui, em Liberdade plena, apesar dos riscos e perigos que se colocaram no nosso caminho coletivo, alguns dos quais ilegítimos, por apenas defenderam interesses particulares e não do País.

Portugal e os portugueses devem ainda a Mário Soares a Europa e o prestígio conquistado para o País no Mundo. Dotado de uma cultura acima da média e de uma visão progressista, Mário Soares foi um europeísta convicto. Um defensor da Europa de Jacques Delors, Willy Brandt ou Helmut Kohl. Um defensor da Europa solidária, fraterna e promotora da igualdade e da justiça social. Um defensor de uma Europa humanista e socialista, pela qual sempre se bateu até aos últimos dias da sua vida – e não desta Europa.

Como escreveu o ensaísta e professor Eduardo Lourenço, Mário Soares era um pássaro livre. De facto, Soares, antes mesmo de ser o homem da liberdade a que todos nos vergamos, era um homem livre. Um homem livre que nos deu a Liberdade.

Aliás, a vida de Mário Soares confunde-se, em boa medida, com a luta pela Liberdade e pela Democracia. Em suma, pela defesa dos Direitos Humanos.

Soares era um humanista. Soares era um homem universal.

Mário Soares é um símbolo da Liberdade e da Democracia. Mário Soares é um símbolo de Portugal.

Neste momento de grande tristeza e consternação, a Câmara Municipal apresenta as mais sentidas condolências à família e associa-se à sua dor.

Do voto de pesar, será dado conhecimento à família, à Presidência da República, à Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao Partido Socialista.

A Câmara Municipal

Santo Tirso, 12 de janeiro de 2017

b) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração relativa à “taxa de desemprego não para de cair em Santo Tirso”.-----

DECLARAÇÃO POLÍTICA**(Taxa de desemprego não pára de cair em Santo Tirso)**

O número de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Santo Tirso não pára de cair.

De acordo com dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, em novembro de 2016, estavam inscritos no Centro de Emprego de Santo Tirso 4300 pessoas, menos 12 por cento do que em janeiro do mesmo ano.

Comparativamente com o ano de 2013, quando este executivo municipal tomou posse, a descida da taxa de desemprego é ainda mais acentuada. Na verdade, há três anos, o número de inscritos no Centro de Emprego atingia as 6681 pessoas, mais 2381 pessoas do que em novembro do ano passado.

Os dados oficiais, quer do Instituto de Emprego e Formação Profissional, quer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, mostram uma tendência que não é conjuntural, mas estrutural, com o tecido empresarial local a demonstrar capacidade para criar riqueza e novos postos de trabalho.

Os dados conhecidos em relação ao número de desempregados existentes no concelho de Santo Tirso são, naturalmente, motivo de satisfação para este executivo municipal, que estabeleceu como um dos pilares da ação política para o ciclo autárquico 2013-2017 o emprego e o investimento.

Ao fim de três anos de consolidação das políticas dirigidas ao tecido empresarial local, que viu o Município de Santo Tirso lançar um “pacote” de medidas amigas das empresas, avaliado em mais de nove milhões de euros distribuídos pelos projetos empresariais sediados no concelho, os resultados já alcançados caucionam a





estratégia que tem vindo a ser seguida desde 2013, com vista à atração de novos investimentos e ao crescimento das empresas já instaladas no concelho.

A curva descendente verificada no número de inscritos no Centro de Emprego de Santo Tirso fica a dever-se, em larga medida, ao esforço de inovação e de crescimento das empresas do concelho, a quem o executivo municipal agradece pelo forte contributo dado para o desenvolvimento económico e social c . Município.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 12 de janeiro de 2017

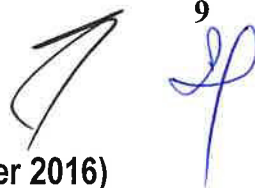
 

c) Voto de louvor e reconhecimento a 55 empresas de Santo Tirso distinguidas com PME líder 2016.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de louvor e reconhecimento a 55 empresas de Santo Tirso distinguidas com PME líder 2016.-----

VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO

(55 empresas de Santo Tirso distinguidas com PME Líder 2016)



O IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação atribuiu o galardão PME Líder 2016 a 55 empresas do concelho de Santo Tirso, distinguindo-as pelos elevados níveis de desempenho e solidez financeira.

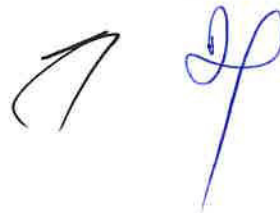
O “selo de reputação” atribuído pelo IAPMEI é o reconhecimento do trabalho e visão empresariais dos agentes económicos instalados no concelho de Santo Tirso, com uma influência decisiva na criação de riqueza e postos de trabalho e no desenvolvimento económico e social do Município.

O número de empresas galardoadas demonstra bem a capacidade de resiliência dos agentes económicos locais, face à crise em que o País mergulhou nos últimos anos, e o esforço das empresas em se tornarem mais competitivas e empreendedoras.

A Câmara Municipal, que também tem vindo a fazer um esforço no sentido de criar um ambiente favorável à captação de novos investimentos e criação de postos de trabalho, por via de um conjunto de políticas amigas das empresas, nomeadamente de alívio fiscal, congratula-se com os resultados obtidos pelas empresas do concelho e presta homenagem a todos aqueles, de empresários a colaboradores, que contribuem para o crescimento do tecido empresarial de Santo Tirso.

Reunida em 12 de janeiro de 2017, a Câmara Municipal propõe a atribuição de um voto de louvor e reconhecimento às empresas:

1.A.C. S. B. Martins, Lda.



2. G. M. - Sociedade de Recuperações de Plásticos, Lda.
3. L. L. - Têxteis, Lda.
4. A. Sampaio & Filhos, Têxteis, S.A.
5. Américo Francisco Alves & Filhos, Lda.
6. Augusto Moreira, Lda.
7. Autoni - Pneus e Óleos, Lda.
8. Be Stitch - Industria Textil Lda.
9. Carlos Alberto & Filhos, Lda.
10. Carlos Fernandes & Silva, Lda.
11. Carmen & Francisco, Lda.
12. César, Ferreira & Martins, Lda.
13. DINCOGÁS - Distribuição, Instalação e Comércio de Gás e Gasóleo de Aquecimento, Lda.
14. Domingos Silva & Cunha, Lda.
15. F. Martins Shirt Factory, Unipessoal Lda.
16. Farmácia Carla Neves, Unipessoal Lda.
17. Farmácia Monteiro Mamede, Sociedade Unipessoal, Lda.
18. Fidetex - Fiação Têtil, Lda.
19. Francisco Certo, Lda.
20. Francisco Coelho & C^a., Lda.
21. Freixotel - Equipamentos Hoteleiros, Lda.
22. Godilac II, S.A.
23. Infinauto - Importação e Exportação de Peças Auto, Unipessoal, Lda.
24. Interconfor - Decorações de Interiores, Lda.
25. J. Alves - Oficinas Auto, Lda.
26. J. Areal - Artigos Têxteis, Lda.
27. J. M. M. Gonçalves, Lda.
28. Lipimalhas - Malhas e Confecções, Lda.
29. Lismânia - Ferragens e Decorações, Lda.
30. M. E. C. R. - Representações e Comércio de Máquinas e Equipamentos, Lda.
31. M.A.P.T. - Comércio de Máquinas Têxteis, Unipessoal, Lda.
32. Machado da Costa&Filhos, Lda.
33. Maialfer - Serralharia para Construção Civil, Lda.
34. Malhas da Torre, Lda.
35. Martecpor Automatismos Unip Lda
36. Moreira & Costa, Lda.
37. Mundicorte Confecção Importação e Exportação de Têxteis, Lda.
38. Nuri, S.A.
39. Olímpio Miranda, Lda.
40. Ortoneves - Centro Ortopédico e Dietético de Vila das Aves, Lda.
41. Ovava Engenharia, Lda.
42. Paiva & Machado, Lda





43. Pantir - Panificadora Tirsense, Lda.
44. Pigrea - Estamparia Têxtil, Lda.
45. Plásticos Macar - Indústria de Plásticos, Lda.
46. Plásticos Universal, Indústria de Plásticos, Lda.
47. Quimicalis - Químicos e Petroquímicos, S.A.
48. Ribaembal - Indústria e Comércio de Embalagens, Lda.
49. Saterry - Empresa Têxteis Lar, Lda.
50. Servigás, Unipessoal, Lda.
51. Simplac - Tecnologia Mecânica, Lda.
52. Sociluctor, Lda.
53. T. A. C. - Creative Manufacturing, Unipessoal Lda.
54. Vercoope - União das Adegas Cooperativas da Região dos Vinhos Verdes, UCRL
55. Vieira&Quádrios - Montagens e Reparações de Máquinas Têxteis, Lda.

Do voto de louvor e reconhecimento será dado conhecimento às empresas galardoadas e à Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso.

A Câmara Municipal

Santo Tirso, 12 de janeiro de 2017

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

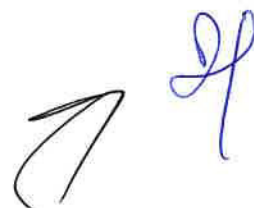
Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

13

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/JANEIRO/2017 – ATA Nº 01

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 22/12/2016
- 2 – Agenda das reuniões ordinárias para 2017, de acordo com a deliberação da câmara municipal de 13/01/2015: Alteração
- 3 – Minuta da ata da assembleia municipal da sessão ordinária de 29 e 30 de novembro de 2016: conhecimento
- 4 – Proposta de nova estrutura orgânica do município
- 5 – Proposta de abertura de procedimentos concursais para sete lugares de técnicos superiores
- 6 – Proposta de abertura de procedimento concursal para um lugar de assistente operacional
- 7 – Proposta de consolidação da mobilidade intercarreiras de dois assistentes técnicos para técnicos superiores
- 8 – Proposta de delegação de competências para a conferência decisória prevista no artigo 9º do DL 165/2014, de 05 de novembro
- 9 – Participação Financeira FEDER à operação com o Código NORTE – 08 – 5673 – FEDER - 000070, designada por “Escola Básica do Bom Nome, Santo Tirso”: Ratificação da decisão de apresentação da candidatura e de aceitação das suas condições
- 10 – Proposta de celebração de Protocolo entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e a INDAQUA Santo Tirso / Trofa – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A., tendo por objeto a sensibilização dos munícipes para a ligação da rede predial ao sistema público municipal de abastecimento de água
- 11 – Serviço público de Abastecimento de água no concelho de Santo Tirso: Tarifário para o ano de 2017

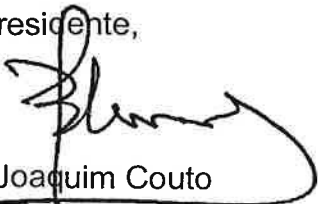


Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

- 12 – Concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior para o ano letivo 2016/2017 – Publicitação da lista provisória de ordenação das candidaturas admitidas e não admitidas
- 13 – Renovação de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior para o ano letivo 2016/2017 – Publicitação da lista provisória de ordenação das candidaturas admitidas e não admitidas
- 14 – Minuta do contrato de “Concessão de exploração das infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações, canal técnico municipal, rede de tubagens, postes, condutas, caixas, câmaras de visita, armários ou edifícios, respetivos acessórios e quaisquer infraestruturas associadas, incluindo a sua gestão e manutenção, do domínio público e privado do município de Santo Tirso”: Ratificação de despacho do presidente
- 15 – Projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo do concelho de Santo Tirso
- 16 – Projeto de alteração (1ª alteração) ao Regulamento do Cartão Municipal “Jovem Convida”
- 17 – Reconhecimento do interesse público municipal de operação urbanística a levar a efeito pela sociedade WEGEURO – Indústria Elétrica, S.A.: Aditamento à deliberação da câmara municipal de 25/06/2015 (item onze da respetiva ata): Ratificação de despacho do presidente

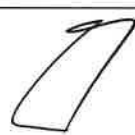
Santo Tirso, 09 de janeiro de 2017

O presidente,



Dr. Joaquim Couto

Nota: Foram retirados da reunião os assuntos constantes dos itens 10 e 11 da presente ordem do dia.

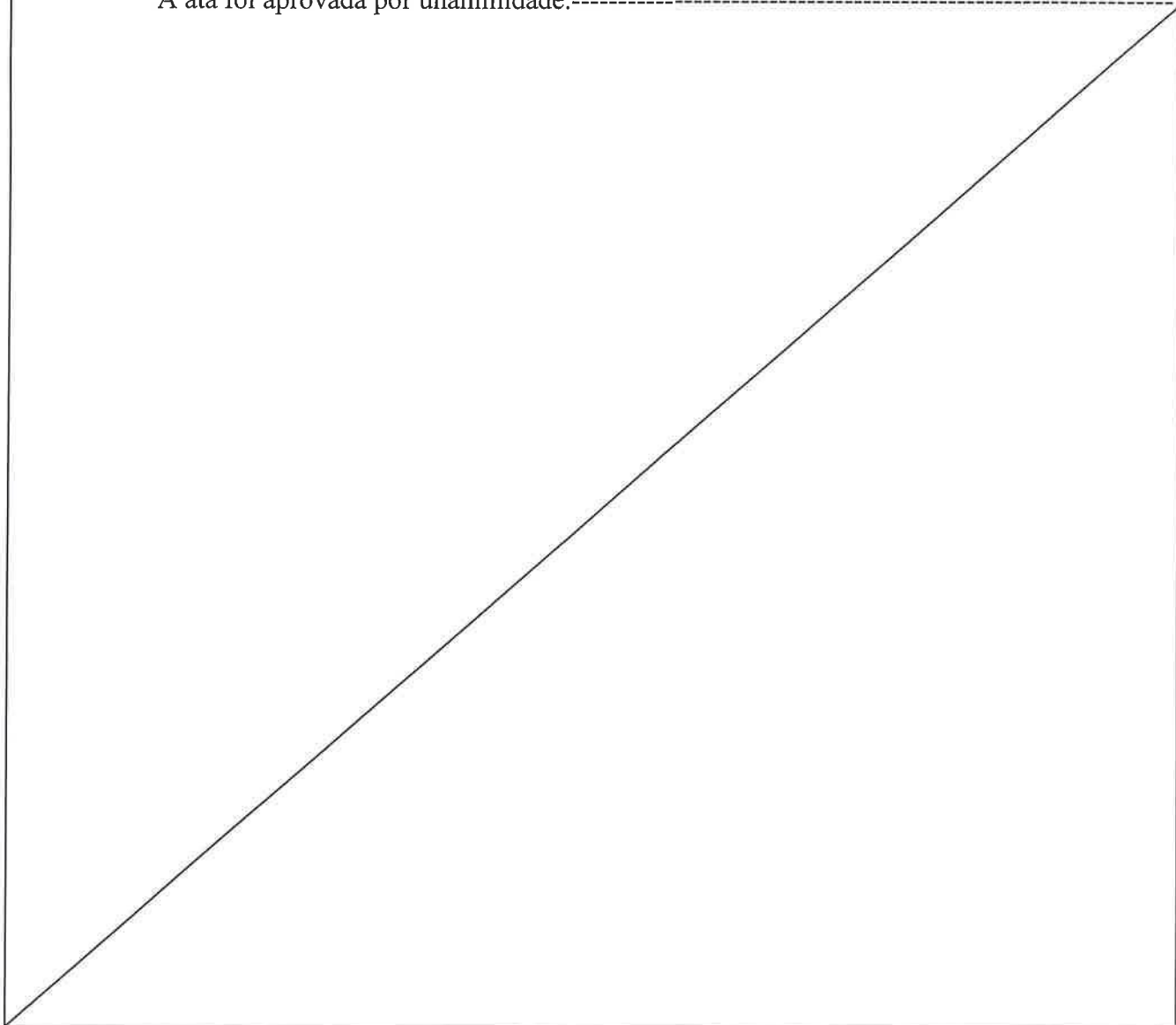


1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/12/2016.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de dezembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



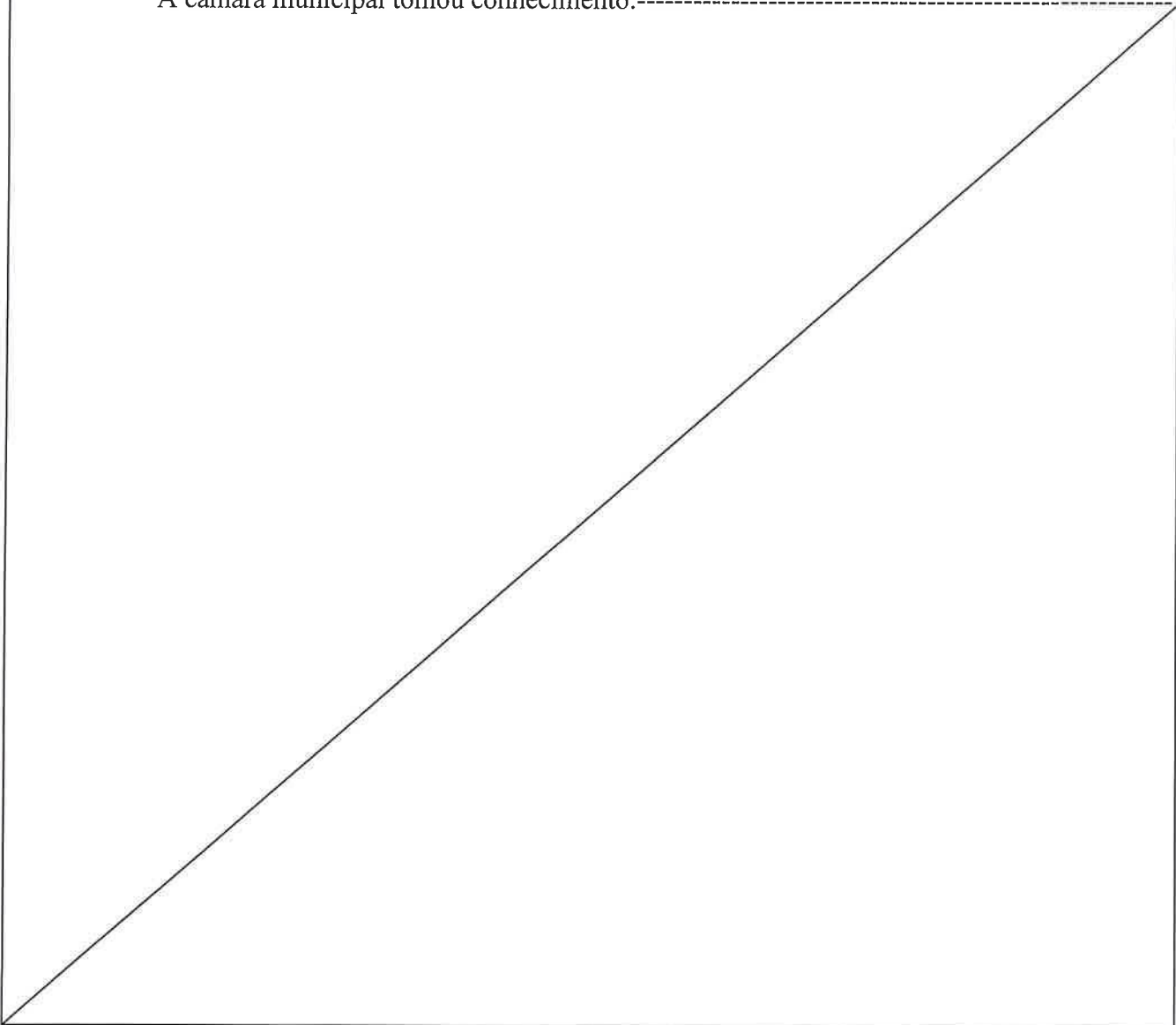
[Handwritten signature]

[Handwritten number 4]

2. AGENDA DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS PARA 2017, DE ACORDO COM A DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13/01/2015: ALTERAÇÃO.-----

Presente o despacho do presidente da câmara municipal de nove do corrente mês de janeiro, do qual se anexa cópia à presente ata a dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas, que altera a data da reunião da câmara municipal agendada para o dia quinze de junho para o dia dezasseis do mesmo mês.-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

17

DESPACHO

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 5º do Regimento da câmara municipal de Santo Tirso, aprovado pelo órgão executivo em reunião de treze de janeiro de dois mil e quinze, e de harmonia com o previsto nos n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo 5º, decido alterar o calendário das reuniões ordinárias da câmara municipal a realizar no ano de dois mil e dezassete, aprovado pelo meu despacho de 19 de dezembro findo.

Anexa-se cópia do referido “calendário” ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante.

Remeta-se à próxima reunião ordinária da câmara municipal para conhecimento de todos os vereadores e divulgue-se pelos serviços.

Santo Tirso, 09 de janeiro de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

18

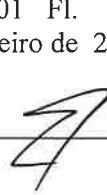

REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

ANO DE 2017

Dias das reuniões ordinárias da câmara municipal de Santo Tirso para o ano de 2017, conforme deliberação de 13/01/2015.

JANEIRO	12 – 26
FEVEREIRO	09 – 23
MARÇO	09 – 23
ABRIL	06 – 20
MAIO	04 – 18
JUNHO	01 – 16 – 29
JULHO	13 – 27
AGOSTO	10 – 24
SETEMBRO	07 – 21
OUTUBRO	06 – 19
NOVEMBRO	02 – 16 – 30
DEZEMBRO	14 – 28

As reuniões têm início às **15,00 horas** e realizam-se em sala própria da sede do Município, **sendo pública a última reunião de cada mês.**

3. MINUTA DA ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2016: CONHECIMENTO.-----


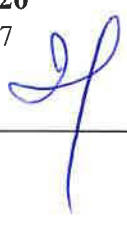
Presentes as minutas das reuniões da assembleia municipal realizadas nos dias vinte e nove e trinta de novembro último, relativas à sessão ordinária do referido órgão deliberativo do mês de novembro, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Designação do presidente da junta de freguesia da União das freguesias de Carreira (S. Tiago) e Refojos para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil;-----

- Aprovação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para dois mil e dezassete, incluindo autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais nos casos previstos no n.º 1 do artigo 31º das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante do Orçamento Municipal, de harmonia com o previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 46º, da dita Lei 73/2013, sem prejuízo da delegação de competências no presidente da câmara prevista no n.º 3 do mesmo artigo 31º, bem como autorização para a delegação de competências do município nas freguesias, quando disso se presuma benefício para a promoção da coesão territorial, reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, e nos demais termos legalmente previstos, nomeadamente as disposições aplicáveis do Anexo I da Lei 75/2013, (artigos 116º e ss.), relativamente aos projetos/ações previstos no Plano de Atividades e no Plano Plurianual de Investimentos para 2017, também conforme consta do artigo 38º das referidas Normas de execução Orçamental, bem como autorizar a concessão de apoios às freguesias, nos termos previstos no artigo 30º das mesmas Normas;-----

- Fixação para o ano de dois mil e dezassete do percentual da Taxa Municipal de Direitos da Passagem (0,25%);-----

- Aprovação da 1ª alteração ao Plano Diretor Municipal (na versão resultante da 1ª revisão);-----

- Autorização para a contratação de empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave, C.R.L. para amortização antecipada do empréstimo contraído no âmbito do PAEL;-----
- Autorização para execução dos projetos designados “Reabilitação do Conjunto Habitacional de Argemil e “Centro de Arte Alberto Carneiro”, com o montante de investimento previsto de 1.083.000,00 € (um milhão e oitenta e três mil euros) e 702.500,00 € (setecentos e dois mil e quinhentos euros), respetivamente, em parte com recurso a financiamento bancário;-----
- Autorização para a celebração de Contrato de Financiamento sob a Forma de Abertura de Crédito entre o município e o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., (IHRU) até ao montante de 892.750,00 €;-----
- Aprovação da lista dos juízes sociais;-----
- Autorização para a adesão do município à associação LITORALRURAL – Associação de Desenvolvimento Regional;-----
- Promover a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita no lugar de Sobradelo, freguesia de Água Longa, para construção de edifício sede da referida freguesia;
- Atribuição de um subsídio à freguesia de Água Longa no montante de 48.585,00 € (quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e cinco euros), para custear as despesas com a elaboração do projeto para construção do edifício sede da freguesia;-----
- Atribuição de um subsídio no montante de 3.936,00 € (três mil novecentos e trinta e seis euros) à freguesia União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, para custear as despesas com a realização de obras de requalificação do campo de relva sintética do Ringue de Merouços, Santa Cristina;-----
- Aprovação da alteração ao Acordo de Execução, aprovado por aquele órgão deliberativo em vinte de dezembro de dois mil e treze (item 14.B da respetiva ata), pelo qual foram delegadas competências na freguesia de Vila Nova do Campo para gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes, designadamente a “Quinta do Olival”;-----



- Delegar na freguesia de Vila Nova do Campo a competência para a execução da obra denominada “Substituição de rede de vedação nos alçados nascente e sul na EB 1 do Olival – S. Mamede de Negrelos”;-----

- Autorizar a cedência do direito de utilização de um prédio do município (extinta escola EB de Paradela) à freguesia de Vilarinho;-----

- Reconhecimento do interesse público municipal do projeto relativo ao procedimento de licenciamento da operação urbanística n.º 43/12 – LEDI, (licenciamento de obras de depósitos para fogo-de-artifício), que se localiza em Espaço Florestal, no lugar de Chãos, Burgães, para efeitos de utilização não agrícola de solos incluídos na REN, para efeitos do disposto no artigo 21º do Decreto-Lei 166/2008, de 22 de agosto e n.º 2 do artigo 39º do Regulamento do Plano Diretor Municipal;-----

- Reconhecimento do interesse público municipal das obras a levar a efeito pela sociedade Metalização das Pombinhas, para efeitos de ampliação das suas instalações industriais sitas no lugar das Pombinhas, freguesia de S. Tomé de Negrelos, cuja atividade é a fabricação, tratamento e acabamento de todo o tipo de produtos e estruturas metálicas (CAE 25610), ao abrigo do regime excecional previsto no DL 165/2014, de 05 de novembro;-----

- Reconhecimento do interesse público municipal da construção de um edifício destinado a “Academia do Clube Desportivo das Aves”, a que diz respeito o processo de licenciamento de operação urbanística n.º 253/16-LEDI, a levar a efeito pelo Clube Desportivo das Aves – Futebol SAD, bem como a redução do IMI que vier a ser devido depois de concluídas as construções previstas no projeto, na percentagem de 50% (cinquenta por cento) sobre o IMI devido, mas só até ao montante máximo de 5.033,50 € (cinco mil e trinta e três euros e cinquenta cêntimos), pelo prazo de cinco anos.-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----

4. PROPOSTA DE NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.-----

Presente a proposta do senhor presidente da câmara municipal de nove do corrente mês de janeiro, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes catorze folhas, na qual se propõe:-----

a) O modelo de estrutura orgânica do município – Manutenção do modelo de estrutura hierarquizada;-----

b) Estrutura orgânica nuclear – Previsão de quatro unidades orgânicas nucleares (departamentos municipais), ainda que só possa prover três cargos dirigentes de nível intermédio de 1º grau – diretor de departamento municipal, tudo conforme consta da proposta anexa;-----

c) Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis – vinte e uma unidades orgânicas flexíveis, lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau, (Chefes de Divisão) e treze unidades orgânicas flexíveis lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau ou inferior, (Chefes de Serviços), tudo nos termos da mesma proposta;-----

d) Fixar em quarenta o número máximo de subunidades orgânicas flexíveis;-----

e) Quanto à definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, do período de experiência profissional, bem como o nível remuneratório dos cargos de direção intermédia de 3º e 4º grau, mantem-se o deliberado pela assembleia municipal em vinte e nove de setembro de dois mil e catorze;-----

A câmara deliberou, com nove votos a favor, aprovar a proposta apresentada pelo senhor presidente da câmara e submeter a mesma à assembleia municipal.-----

PROPOSTA

Alteração da estrutura orgânica do município de Santo Tirso

A atual estrutura orgânica e organização dos serviços do município de Santo Tirso, aprovada por deliberação da assembleia municipal de 17 de dezembro de 2012 (item 4) e posteriormente alterada pela assembleia municipal de 26 de fevereiro de 2015 (item 7,) resultou da sua adequação às regras e critérios previstos na anterior redação da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que conduziu a uma redução muito significativa dos número de unidades orgânicas flexíveis e respetivos dirigentes;

A redução do número de unidades orgânicas, imposta por via legislativa, não se adequa às atribuições dos municípios, dificultando a sua gestão;

Esta imposição, contrária à autonomia do poder local consagrada constitucionalmente, apesar de amplamente contestada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e pelos próprios municípios, manteve-se até agora;

O atual governo foi sensível às sucessivas reivindicações, tendo revertido parcialmente essa imposição, claramente lesiva para o poder local;

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, revogou, no n.º 2 do seu artigo 255º, os artigos 8º, 9º e 25º da referida Lei n.º 49/2012, devolvendo parcialmente a autonomia aos municípios para definir o número de unidades orgânicas (divisões e serviços), apesar de manter as limitações na criação de departamentos;

A oportunidade criada permite-nos repensar a estrutura orgânica, adequando-a às atribuições e competências municipais;

Considerando:

Os novos desafios que se vão colocando às autarquias locais, em geral, e ao município de Santo Tirso, em particular;

A retoma por parte do Governo do dossiê da descentralização, com as consequentes implicações no exercício da atividade municipal;

A maior importância dada às políticas sociais, culturais e económicas, em detrimento das políticas do “betão”;

A importância da implementação de uma política de proximidade, traduzida na reorganização interna dos espaços, dotando-os de melhores condições de acessibilidade e melhorando as condições de atendimento aos munícipes, empresas, associações e freguesias;

O objetivo de otimizar a gestão municipal, tornando-a mais eficiente, eficaz e coerente com a estratégia municipal;

Sentimos que é oportuno e necessário reorganizar a estrutura orgânica de forma a adaptá-la à nova realidade da atuação deste município, nomeadamente aos objetivos e prioridades definidos pelo atual executivo.

Assim, ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere aprovar as alterações a seguir referidas à estrutura orgânica dos serviços municipais, para posterior submissão à assembleia municipal.

1 – Modelo de Estrutura Orgânica

O modelo de estrutura a adotar por este município continua a ser o modelo de estrutura hierarquizada, pois é o que se adequa melhor à organização interna dos serviços municipais.

2 – Estrutura Orgânica Nuclear

O município de Santo Tirso, de acordo com as regras instituídas no artigo 7º em conjugação com o artigo 21º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, reúne as condições para prever quatro unidades orgânicas nucleares, ainda que só possa prover três cargos dirigentes de nível intermédio de 1º grau – diretor de departamento municipal. Neste contexto, propõe-se que a estrutura nuclear do município de Santo Tirso se mantenha composta por quatro departamentos municipais fixos, dirigidos por diretores de departamento, cargo de direção intermédia de 1º grau, com as competências definidas no artigo 15º da mesma Lei 49/2012, embora atualmente só possam ser

providos três, os quais dependem diretamente do Presidente da Câmara Municipal, nos seguintes moldes:



As atribuições destes departamentos são as que constam do anexo I da presente proposta e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.

3 – Unidades Orgânicas Flexíveis

O município de Santo Tirso, de acordo com as novas regras instituídas na nova redação da Lei n.º 49/2012 introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017, prevê as seguintes unidades orgânicas flexíveis:

Lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau (chefes de divisão) – vinte e uma unidades orgânicas flexíveis;

Lideradas por titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau ou inferior (chefes de serviço) – treze unidades orgânicas flexíveis.

Assim, propõe-se a existência de 34 unidades orgânicas flexíveis.

4 - Subunidades Orgânicas

Considerando o aumento do número de unidades orgânicas flexíveis, propõe-se que o número máximo de subunidades orgânicas, previstas no n.º 5 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, passe para 40.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

26

5 – Cargos de direção intermédia de 3º e 4º grau

Mantem-se o deliberado pela assembleia municipal em sessão ordinária de 29 de setembro de 2014 (item 10).

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião da câmara municipal.

Santo Tirso, 09 de janeiro de 2017

O Presidente da Câmara,

Dr. Joaquim Couto

Alteração da estrutura orgânica do município de Santo Tirso

Anexo I

Atribuições das unidades orgânicas nucleares

. **Departamento Administrativo e Financeiro**, ao qual compete genericamente:

- Assegurar e coordenar as atribuições, competências e atividades que se insiram no domínio administrativo e financeiro, garantindo o controlo, gestão e arquivo da documentação administrativa, de acordo com as disposições legais aplicáveis, normas internas estabelecidas e critérios de boa gestão;
- Assegurar a gestão dos recursos humanos, coordenando os procedimentos legais e regulamentares exigíveis, incluindo procedimentos relativos a contratos de prestação de serviço para o exercício de funções públicas, estágios profissionais e candidaturas a programas que visem a realização de trabalho socialmente necessário, garantindo a adequação dos recursos humanos à política definida pelo executivo;
- Proceder à análise, estudo e proposta de normas e regulamentos para definição da política de pessoal;
- Gerir o processo de avaliação de desempenho;
- Gerir os processos dos acidentes de trabalho dos trabalhadores e colaboradores do município; estudar, propor e dar execução às normas em vigor sobre saúde ocupacional e higiene e saúde no trabalho; efetuar ações de sensibilização, informação e formação dos trabalhadores sobre os problemas inerentes à segurança, higiene e saúde nos seus postos de trabalho;
- Apoiar e acompanhar os munícipes na resolução dos seus problemas relacionados com o emprego e a formação profissional;
- Promover contactos regulares com as empresas e outras instituições locais e regionais, de forma a potenciar a empregabilidade;
- Prestar assessoria administrativa e jurídica aos órgãos e serviços municipais, assegurando, nomeadamente todas as tarefas de carácter



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

28

administrativo necessárias ao funcionamento da câmara municipal e da assembleia municipal; garantir todo o apoio em processos, ações e recursos em que a autarquia seja parte; dinamizar o conhecimento oportuno de normas legislativas e regulamentares essenciais à gestão municipal, bem como das suas alterações ou revogações;

- Instruir os processos de contraordenação nos termos da lei, assim como organizar e acompanhar os processos de execuções fiscais;
- Assegurar a adequada elaboração dos contratos em que a autarquia seja parte, incluindo os contratos de fornecimento contínuo para bens de consumo permanente; assegurar os procedimentos inerentes à aquisição de bens imóveis necessários à prossecução das atividades municipais, seja pela via do direito privado, seja pela via da expropriação; apoiar o notariado privativo da câmara municipal;
- Organizar os processos de alienação de bens imóveis, quando necessário, e nos termos legalmente previstos;
- Assegurar os procedimentos de desafetação de bens imóveis do município, quando necessário;
- Assegurar, com a colaboração na parte necessária de outras unidades orgânicas, todos os procedimentos administrativos e formalidades relativos à obtenção de vistos do Tribunal de Contas, em matéria de fiscalização prévia;
- Assegurar a prestação de esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas, seja no âmbito da fiscalização concomitante, sucessiva, ou no âmbito de auditorias e ações inspetivas efetuadas por este Tribunal;
- Acompanhar processos de auditoria e ações inspetivas efetuadas por quaisquer entidades competentes;
- Providenciar pelo registo na Conservatória do Registo Predial dos bens imóveis adquiridos pelo município, sujeitos a registo;
- Elaborar o orçamento e outros documentos previsionais de índole financeira, proceder à coordenação e controlo da gestão financeira e

patrimonial, garantindo o cumprimento das obrigações legais, designadamente, da prestação de contas e cooperação financeira;

- Garantir a gestão orçamental, patrimonial e de custos, dentro das normas legais e regulamentares em vigor, no que concerne às áreas de contabilidade, tesouraria, armazém e gestão de stocks;

- Promover a celebração de contratos de seguro e diligenciar pelo respetivo cumprimento;

- Promover a celebração de contratos de empréstimo e preparar os respetivos processos a serem submetidos a visto do Tribunal de Contas;

- Organizar e promover a tramitação dos processos de aquisição de bens móveis e serviços;

- A sistematização dos inventários dos bens móveis, veículos, imóveis e direitos a eles inerentes do património municipal;

- Assegurar e executar os procedimentos e formalidades de todos os processos respeitantes a atos eleitorais, na parte em que as diversas leis eleitorais cometerem competências à câmara municipal;

- Assegurar o serviço de expediente geral, nomeadamente na área de atendimento aos munícipes; despacho, digitalização, classificação e distribuição de correspondência, reprografia, arquivo e serviços online;

- Executar os projetos transversais de simplificação e modernização administrativa com impacto no atendimento ao munícipe;

- Assegurar a informação que os municípios estão legalmente obrigados a prestar a diversas entidades, na área financeira e de pessoal ou em quaisquer das suas áreas de atuação;

- Emitir certidões de documentos cuja competência não esteja expressamente atribuída a outras unidades orgânicas.

. **Departamento de Urbanismo e Ambiente**, ao qual compete genericamente:

- Implementar o programa municipal de ordenamento do território, nas suas vertentes urbanística e ambiental, quer pela elaboração de programas, planos, estudos urbanísticos e projetos, quer pela gestão urbanística;
- Planear a execução dos programas, planos, estudos urbanísticos e projetos;
- Acompanhar a elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial da responsabilidade de outras entidades;
- Organizar os procedimentos e informar tecnicamente os requerimentos de particulares que exijam intervenção municipal, nomeadamente os relacionados com o regime jurídico de urbanização e edificação e disposições legais e regulamentares associadas, bem como os requerimentos de publicidade, ruído e ocupação do espaço público, ou quaisquer requerimentos que impliquem informações, autorizações ou licenciamentos municipais, bem como garantir a respetiva fiscalização;
- Elaborar e acompanhar a execução de projetos de obras municipais ou outras que no âmbito das competências municipais lhe incumbam;
- Promover, apoiar e acolher ações de sensibilização ambiental;
- Assegurar as atribuições e atividades no domínio do saneamento básico (abastecimento de água; drenagem e tratamento de águas residuais; recolha, tratamento, valorização e deposição dos resíduos sólidos urbanos), seja diretamente, seja através do acompanhamento e fiscalização de contratos de concessão, parcerias, prestação de serviços ou outros;
- Participar na elaboração e apreciação de estudos e, proceder ao acompanhamento a nível multimunicipal, intermunicipal e municipal dos vários sistemas na área do saneamento básico;
- Acompanhar e fiscalizar o programa de controlo da qualidade da água nas escolas da competência da câmara municipal;
- Gerir o SIG municipal;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

31
7 J

- Produzir cartografia temática;
- Planear, programar, executar e acompanhar as obras municipais, procedendo nomeadamente aos procedimentos necessários com vista à formação dos respetivos contratos de empreitadas, de acordo com as orientações dos órgãos municipais;
- Apreciar e acompanhar projetos supramunicipais;
- Identificar os bens imóveis necessários à execução de obras municipais, bem como dos ónus e servidões a impor e cooperar em eventuais negociações ou expropriações;
- Fiscalizar ou coordenar a fiscalização de obras municipais (empreitadas);
- Organizar e conduzir os processos de aquisição de bens necessários ao funcionamento dos edifícios e infraestruturas municipais, quando relacionados com as empreitadas conduzidas por esta unidade orgânica;
- Assegurar a manutenção dos edifícios públicos municipais e dos equipamentos adquiridos no âmbito de empreitadas, procedendo aos respetivos contratos de aquisição de serviços relativos à sua manutenção;
- Gerir as vias municipais;
- Elaborar e executar planos de manutenção de edifícios e vias de jurisdição municipal, incluindo a execução, por administração direta, das obras de conservação daí decorrentes;
- Prestar a colaboração necessária na celebração de contratos de delegação de competências nas freguesias, quando disso se presuma benefício para a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações;
- Coordenar a utilização das viaturas municipais e mantê-las e administrar processos de acidentes de viação em que intervenham;
- Dar apoio logístico e operativo no âmbito da Proteção Civil, em articulação com outros serviços municipais;
- Assegurar a manutenção em bom estado das zonas verdes do município e outros espaços públicos municipais, conservação e gestão de mercados e



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

32

feiras, gestão e manutenção dos cemitérios, limpeza e conservação dos edifícios públicos, equipamentos e espaços públicos;

- Desenvolver ações para assegurar a regulamentação, ordenamento, sinalização e manutenção da boa ordem do trânsito, de harmonia com a legislação aplicável e regulamentos municipais;

- Promover e participar em ações de coordenação dos transportes públicos, bem como acompanhar a concessão de transportes públicos urbanos.

- Gerir os serviços de portaria;

- Elaborar, coordenar e analisar estudos e planos no âmbito da mobilidade;

- Promover a captura, remoção, apanha, tratamento e detenção de animais, nos termos da lei, assim como assegurar a gestão do canil, em articulação com os serviços veterinários municipais;

- Assegurar o serviço de desinfeção e desbaratização em estabelecimentos públicos;

- Gerir processos de estabelecimento de denominação de ruas e praças e atribuição de números de polícia;

- Gerir processos de acidentes ocorridos na via pública ou outros espaços públicos, quando seja imputada responsabilidade extracontratual ao município.

. **Departamento de Coesão Social**, ao qual compete genericamente:

- Gerir os conjuntos habitacionais municipais;

- Garantir a implementação das políticas municipais de habitação, nomeadamente através de ações de realojamento e do subsídio ao arrendamento;

- Assegurar o apoio às famílias residentes nas habitações municipais;

- Apoio a grupos de risco, nomeadamente na área da toxicodependência e alcoolismo, avaliação e acompanhamento psicológico e grupos de autoajuda;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

33

- Desenvolver ações de apoio ao emigrante;
- Emissão de Certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia residentes em Portugal, nos termos legalmente previstos;
- Assegurar a participação do município na rede social, no rendimento social de inserção, e na CPCJ, estabelecendo nos três casos uma ponte com os restantes parceiros;
- Desenvolver as ações inerentes ao Programa Municipal de Emergência Social;
- Desenvolver ações de promoção e defesa da saúde;
- Prestar informação, apoio/orientação nas reclamações e mediar pequenos conflitos de consumo, na defesa dos legítimos interesses dos consumidores em nome individual e prestar serviços de verificações metrológicas de massas de instrumentos de pesagem de funcionamento não automático e contadores de tempo.
- Gerir os equipamentos e materiais escolares sob responsabilidade municipal;
- Garantir o apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Assegurar os serviços de ação social escolar, no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Administrar o pessoal não docente da educação pré-escolar;
- Gerir os procedimentos necessários ao fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- Gerir a oferta dos transportes escolares;
- Assegurar o projeto "Mimar" e outras atividades extracurriculares;
- Assegurar o cumprimento dos protocolos assinados com o Ministério da Educação;

- Assegurar a ligação com as Associações de Pais dos estabelecimentos de ensino da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, de modo a contribuir para a melhoria do sistema educativo;
- Contribuir, numa perspetiva cultural de desenvolvimento desportivo, para melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes através de atividades físicas que satisfaçam os seus interesses;
- Fomentar e apoiar o desenvolvimento das coletividades desportivas e recreativas;
- Gerir e coordenar os equipamentos desportivos municipais;
- Promover a prática desportiva, nomeadamente através da promoção, apoio e acolhimento de iniciativas desportivas;
- Gerir os procedimentos inerentes à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, incluindo a redução a escrito dos respetivos contratos, publicitação legal e acompanhamento e controlo da execução dos mesmos, sem prejuízo do apoio de outros serviços, quando necessário.
- Gerir e coordenar os projetos concelhios para a juventude;
- Assegurar as ações inerentes ao Orçamento Participativo Jovem;
- Assegurar o apoio logístico e administrativo ao conselho municipal da juventude;
- Fomentar a participação cívica da população jovem do município, nomeadamente através do associativismo juvenil.

. **Departamento de Desenvolvimento Económico e Cultura**, ao qual compete genericamente:

- Promover e gerir os equipamentos culturais municipais, designadamente, Biblioteca Municipal, Centro Cultural de Vila das Aves, Museu Municipal, Museu Internacional de Escultura Contemporânea, Centro Interpretativo do Monte Padrão;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

35

- Definir e executar a programação cultural;
- Promover, apoiar e acolher iniciativas culturais;
- Colaborar no intercâmbio cultural com outros municípios;
- Promover, valorizar e dinamizar as expressões artísticas contemporâneas;
- Dinamizar e promover o interesse pela leitura;
- Gerir o fundo documental e o Arquivo Histórico;
- Promover ações de defesa, valorização, conservação e divulgação do património cultural, móvel, imóvel e imaterial;
- Fomentar e apoiar o desenvolvimento do associativismo cultural;
- Prestar serviços educativos de valorização e aprofundamento das ações planeadas nos serviços da cultura e estabelecer uma mediação adequada com os diferentes públicos do concelho.
- Desenvolver ações de defesa, valorização e divulgação das potencialidades turísticas concelhias;
- Gerir o posto de turismo e assegurar o atendimento e disponibilização de informação ao turista;
- Intervir, nos termos da lei, nos processos que interfiram com aspetos turísticos;
- Acompanhar as atividades associadas aos serviços de animação turística, tais como feiras, concursos, festivais, entre outros.
- Coordenar, informar e gerir, toda a atividade da Fábrica de Santo Thyrsos de acordo com o conceito de Quarteirão Cultural;
- Analisar e propor candidaturas a instrumentos de financiamento externo que contribuam para a sustentabilidade do equipamento e do seu projeto empresarial;
- Promover e incentivar a realização de atividades de iniciativa municipal ou particular que se enquadre e valorize o Projeto da Fábrica;

- Realizar parcerias com vista à dinamização do Projeto Fábrica de Santo Thyrsó, funcionando como veículo de ligação entre as instituições do SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) e o tecido empresarial local;
- Regular e aplicar a regulamentação para a incubação nas áreas temáticas abrangidas pelo Projeto Fábrica de Santo Thyrsó;
- Apoiar a incubação de jovens empresários e empresas em áreas de valor acrescentado para o desenvolvimento local;
- Verificar o cumprimento do regulamento interno da Fábrica de Santo Thyrsó.
- Acompanhar e participar na elaboração dos documentos de enquadramento e programação estratégica de referência para a aplicação de fundos nacionais e comunitários;
- Analisar, divulgar e assegurar fontes e instrumentos de financiamento externo dirigidas ao apoio à atividade municipal;
- Elaborar e gerir os processos de candidatura a financiamento externo;
- Dinamizar parcerias com vista à concretização de processos de candidaturas a financiamento externo;
- Monitorizar e gerir a sua execução física e financeira dos projetos com financiamento externo;



5. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO PARA SETE POSTOS DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR.-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de nove do corrente mês de janeiro, registada com o número duzentos e cinquenta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, verifica-se ser imprescindível o recrutamento para sete postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior, para suprir necessidades, de carácter permanente, nas seguintes áreas de recrutamento;-----

- Um técnico superior na área do direito;-----
- Dois técnicos superiores na área do Desporto – Licenciatura em Educação Física e Desporto;-----
- Um técnico superior com formação académica na área de Educação Social;-----
- Um técnico superior, na área da história;-----
- Um técnico superior na área da psicologia;-----
- Um técnico superior na área da educação.-----

Os referidos lugares estão previstos no mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezassete;-----

Os encargos com o respetivo recrutamento estão previstos no Orçamento do município para dois mil e dezassete, (classificações orçamentais 02/01.01.04.04; 02/01.01.14 e 02/01.01.13), conforme proposta de cabimento orçamental número 101/2017, cujo compromisso foi registado no sistema de apoio à execução orçamental, conforme documento n.º 208/2017, de dez de janeiro.-----

O município de Santo Tirso está em situação de equilíbrio financeiro;-----

Previamente à abertura dos referidos procedimentos concursais, serão efetuados todos os procedimentos prévios legalmente previstos, nomeadamente a consulta à ECCRC (Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento).-----

Face ao exposto, verificados que estão todos os requisitos legais, proponho que a câmara municipal delibere autorizar a abertura de procedimento concursal comum, com vista à constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para sete postos de trabalho da carreira de técnico superior, com formação nas áreas atrás indicadas.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----

Pelos senhores vereadores edis eleitos inscritos na lista do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram favoravelmente esta proposta, porque entendem que a câmara tem de ter os necessários recursos humanos para satisfazer os serviços que presta aos cidadãos e aos agentes económicos.-----

Além disso, ficam na expectativa que a contratação destes técnicos poderá e deverá contribuir para reduzir a dependência da câmara do exterior”.-----



6. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL.-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de nove do corrente mês de janeiro, registada com o número duzentos e cinquenta e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

O recrutamento de um assistente operacional considera-se imprescindível para assegurar as competências atribuídas ao serviço de transportes.-----

O referido lugar está previsto no mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezassete;-----

Os encargos com o referido recrutamento estão previstos no Orçamento do município para dois mil e dezassete, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 105/2017, cujo compromisso foi registado no sistema de apoio à execução orçamental, conforme documento n.º 215/2017, de 10 de janeiro;-----

O município de Santo Tirso está em situação de equilíbrio financeiro;-----

Previamente à abertura do respetivo procedimento concursal, serão efetuados todos os procedimentos prévios legalmente previstos, nomeadamente a consulta à ECCRC (Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento).-----

Face ao exposto, verificados que estão todos os requisitos legais, proponho que a câmara municipal delibere autorizar a abertura de procedimento concursal comum, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para um posto de trabalho da carreira de assistente operacional.-----

A proposta, submetida à votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

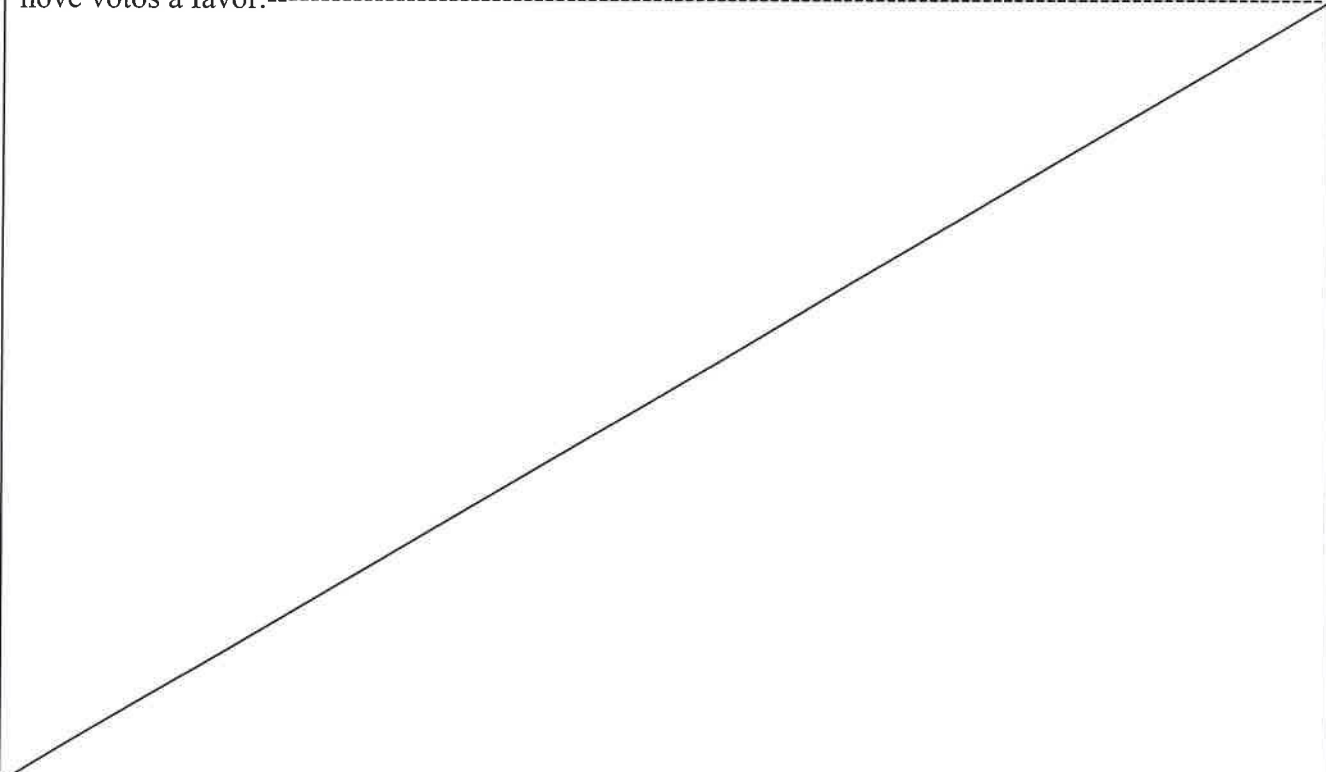




7. PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE INTERCARREIRAS DE DOIS ASSISTENTES TÉCNICOS PARA TÉCNICOS SUPERIORES.-----

Presente informação da Divisão de Recursos Humanos, de dez do corrente mês de janeiro, registada com o número duzentos e setenta e nove, a comunicar as situações de mobilidade intercarreiras atualmente existentes no município que podem ser consolidadas definitivamente, de harmonia com o disposto no artigo 99º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo n.º 1 do artigo 270º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para dois mil e dezassete.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento na aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse consolidar definitivamente na carreira de técnico superior as trabalhadoras identificadas na referida informação.-----

A proposta do presidente da câmara, submetida a votação nominal, foi aprovada com nove votos a favor.-----



8. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A CONFERÊNCIA DECISÓRIA PREVISTA NO ARTIGO 9º DO DL 165/2014, DE 05 DE NOVEMBRO.-----

Presente informação conjunta da diretora do departamento administrativo e financeiro e da chefe da divisão de licenças e urbanismo, de nove do corrente mês de janeiro, registada com o número duzentos e cinquenta e oito, a comunicar da necessidade de delegação de competências para a conferência decisória prevista no artigo 9º do Decreto-lei 165/2014, de 05 de novembro, para efeitos de vinculação do município.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 5 do referido artigo 9º, n.º 5 do artigo 79º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 1 do artigo 34º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse delegar no presidente da câmara a competência para representar o município na conferência decisória prevista no artigo 9º do Decreto-lei 165/2014, de 05 de novembro, com a faculdade de subdelegação em qualquer um dos vereadores ou titulares de cargos dirigentes.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



9. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 08 – 5673 – FEDER - 000070, DESIGNADA POR “ESCOLA BÁSICA DO BOM NOME – VILA DAS AVES, SANTO TIRSO”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E DE ACEITAÇÃO DAS SUAS CONDIÇÕES.-----

Presente email da Área Metropolitana do Porto, de vinte e oito de dezembro findo, registado com o número vinte e sete mil seiscientos e sessenta e cinco, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 08 – 5673 – FEDER – 000070 – designada “Escola Básica do Bom Nome – Vila das Aves, Santo Tirso” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia dezanove do mesmo mês de dezembro.-----

O Chefe do Serviço de Desenvolvimento Económico informa que o valor elegível da candidatura é de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 340.000,00 € (trezentos e quarenta mil euros), sendo a contrapartida nacional no valor de 60.000,00 € (sessenta mil euros) assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, com quatro folhas, apenas utilizadas no anverso.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura e de aceitação das suas condições.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e deliberou aceitar as condições constantes do aludido Termo de Aceitação e seus anexos.-----

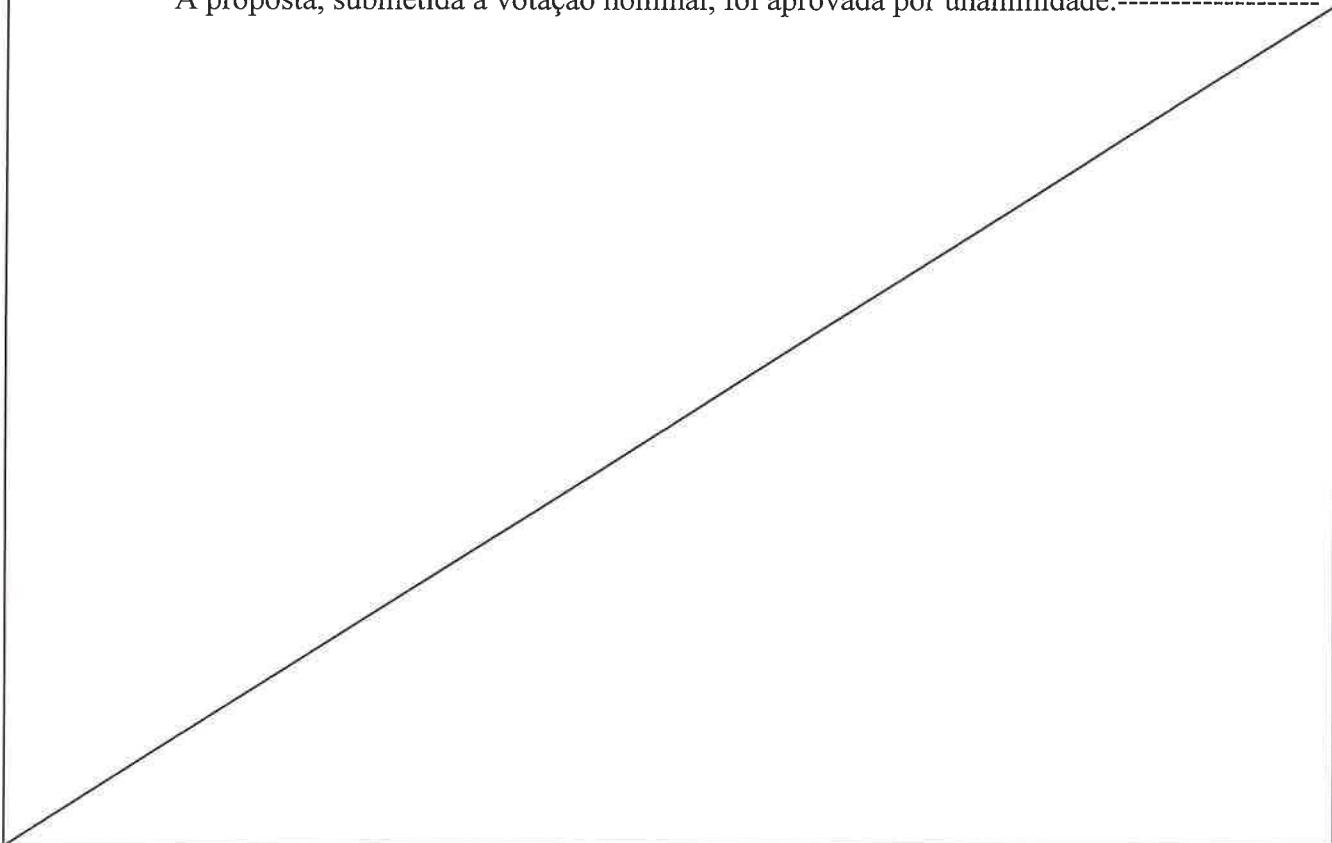


10. CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2016/2017 – PUBLICITAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA DE ORDENAÇÃO DAS CANDIDATURAS ADMITIDAS E NÃO ADMITIDAS.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de seis do corrente mês de janeiro, registada com o número cento e setenta e sete, a comunicar o resultado da candidatura aberta para a atribuição de dez bolsas de estudo para o corrente ano letivo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a lista provisória de ordenação das candidaturas admitidas e não admitidas, constantes do anexo I da aludida informação, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como Anexo II, constituído por quatro folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião, devendo os respetivos serviços publicitar a mesma nos termos legal e regulamentarmente previstos, para efeitos de audiência prévia dos interessados.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



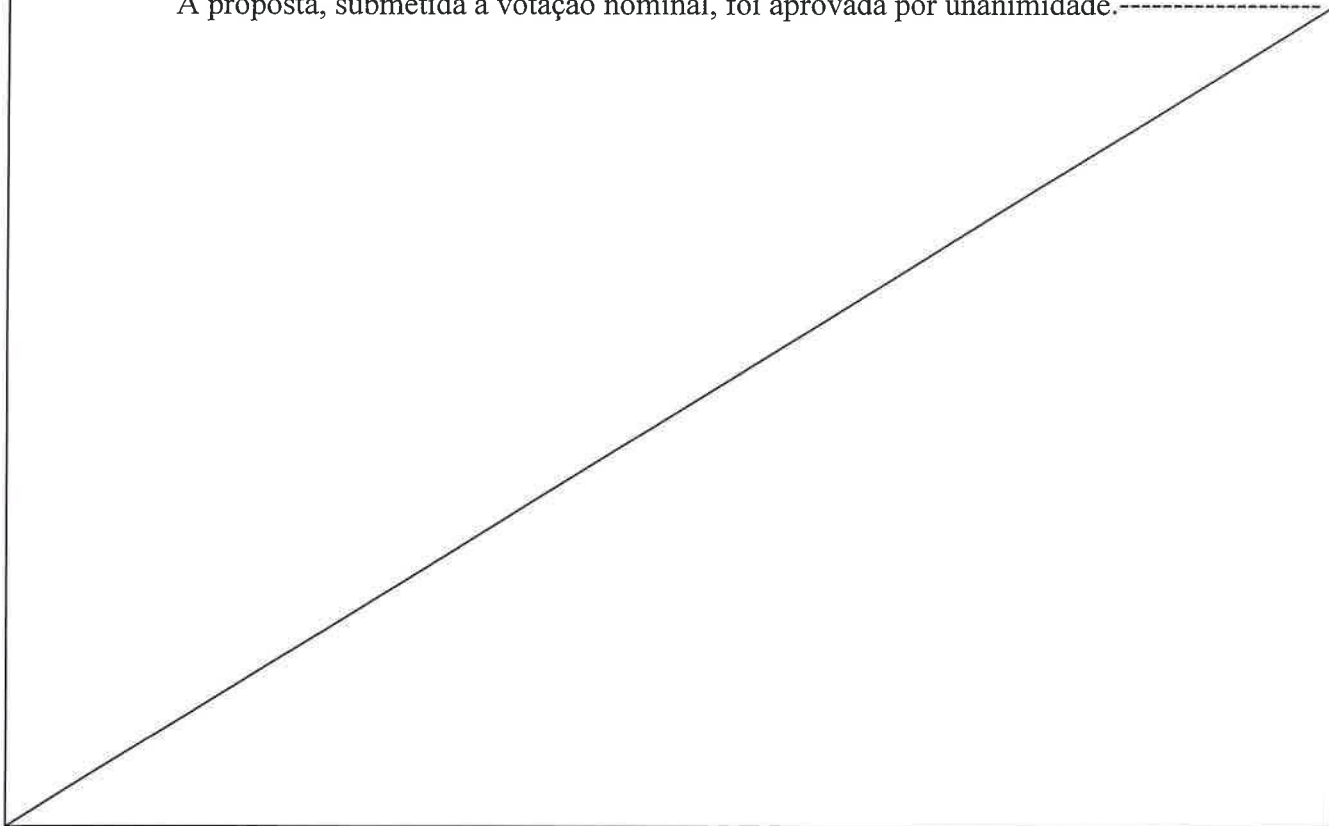


11. RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – PUBLICITAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA DE ORDENAÇÃO DAS CANDIDATURAS ADMITIDAS E NÃO ADMITIDAS.-----

Presente informação da Divisão de Educação, de seis do corrente mês de janeiro, registada com o número cento e setenta e três, a comunicar o resultado da candidatura aberta para a renovação das bolsas de estudo atribuídas no ano letivo 2015/2016.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a lista provisória de ordenação das candidaturas admitidas e não admitidas, constantes do anexo I da aludida informação, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como Anexo III, constituído por duas folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião, devendo os serviços respetivos proceder à sua publicitação nos termos legal e regulamentarmente previstos, para efeitos de audiência prévia dos interessados.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



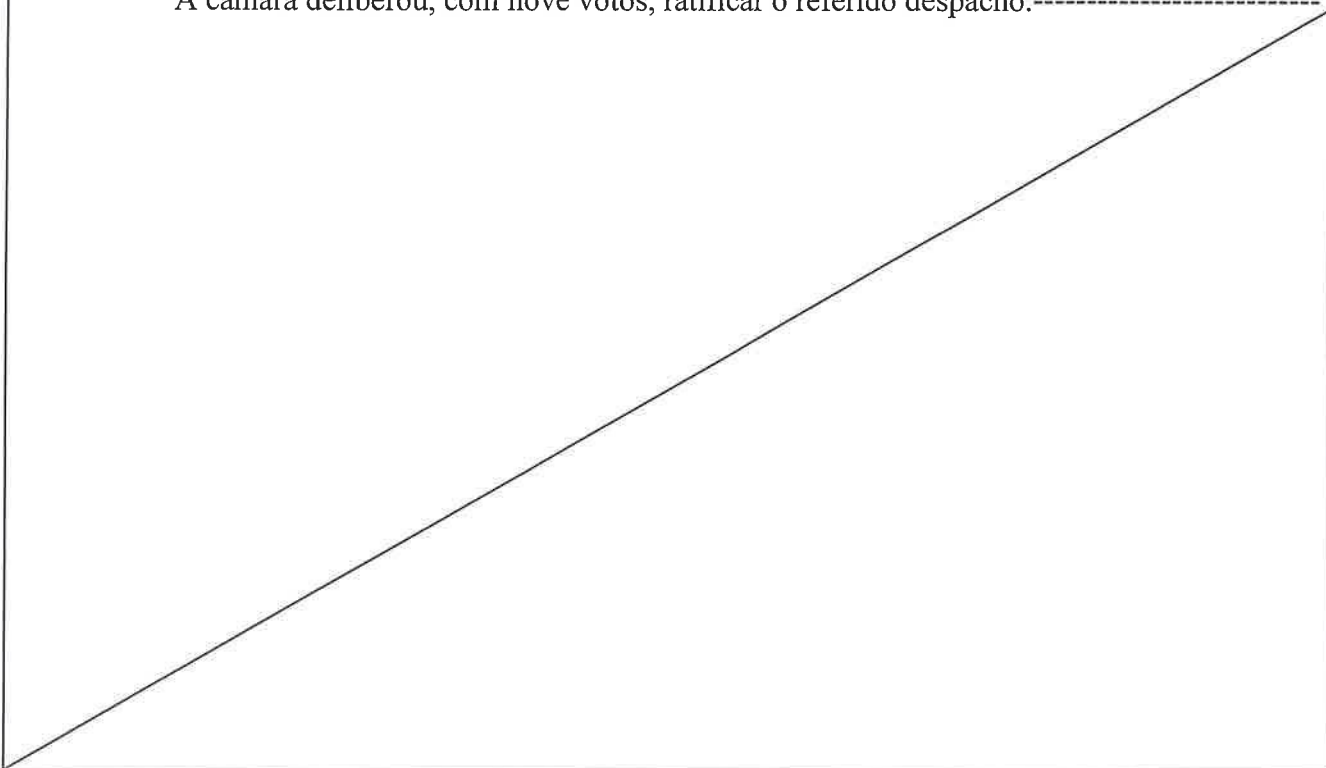


12. MINUTA DO CONTRATO DE “CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS APTAS AO ALOJAMENTO DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES, CANAL TÉCNICO MUNICIPAL, REDE DE TUBAGENS, POSTES, CONDUTAS, CAIXAS, CÂMARAS DE VISITA, ARMÁRIOS OU EDIFÍCIOS, RESPETIVOS ACESSÓRIOS E QUAISQUER INFRAESTRUTURAS ASSOCIADAS, INCLUINDO A SUA GESTÃO E MANUTENÇÃO, DO DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.

Presente a minuta do contrato de concessão acima referido, aprovada por despacho do presidente da câmara municipal de vinte e oito de dezembro findo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, composto por doze folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de vinte e oito de dezembro findo, que aprovou a minuta do aludido contrato de concessão.-----

A câmara deliberou, com nove votos, ratificar o referido despacho.-----





**13. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO USO DO FOGO DO
CONCELHO DE SANTO TIRSO.**-----

Presente informação de dezanove de dezembro findo, da Comandante do Serviço Municipal de Proteção Civil, registada com o número dez mil seiscientos e setenta e quatro, a remeter na sequência da deliberação da câmara municipal de treze de outubro último (item dois da respetiva ata), o projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo no concelho de Santo Tirso, que tem por objeto estabelecer o regime de licenciamento e regulamentação de atividades cujo exercício implique, direta ou indiretamente, o uso do fogo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de Regulamento municipal acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, nos termos previstos no artigo 101º do mesmo Código.-----

O referido projeto, constituído por vinte folhas, fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





14. PROJETO DE ALTERAÇÃO (1ª ALTERAÇÃO) AO REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL “JOVEM CONVIDA”.-----

Presente informação de nove do corrente mês de janeiro, da Divisão de Desporto e Juventude, registada com o número duzentos e quarenta, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de treze de agosto de dois mil e quinze (item quatro da respetiva ata), projeto de alteração aos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º do Regulamento do Cartão Municipal “Jovem Convida”. O projeto de Regulamento, com as alterações aprovadas, fica com a redação que consta do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes nove folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de 1ª alteração ao Regulamento municipal acima referido, e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, nos termos previstos no artigo 101º do mesmo Código.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





“PROJETO DE ALTERAÇÃO (1ª ALTERAÇÃO) AO REGULAMENTO DO CARTÃO “JOVEM CONVIDA”

Nota Justificativa



O Cartão Jovem de Santo Tirso é uma iniciativa desta autarquia e visa proporcionar aos jovens do Município de Santo Tirso um conjunto de vantagens, traduzidas em reduções e isenções em produtos e serviços prestados pela autarquia, bem como descontos na aquisição de bens e serviços prestados por estabelecimentos públicos e privados que venham a aderir ao referido cartão.

Impõe-se à autarquia que a sua política municipal de juventude promova iniciativas dirigidas a esta, em articulação e coordenação com outras políticas setoriais, nomeadamente nas áreas da educação, cultura, desporto e ação social.

Neste ensejo, pretende-se que os benefícios resultantes do Cartão Jovem de Santo Tirso correspondam às necessidades reais sentidas pela camada mais jovem da população, de modo a facilitar e incentivar a sua fixação e vivência no concelho de Santo Tirso.

Posto isto, impõe-se uma alteração ao regulamento anterior, tendo em linha de conta as necessidades atuais dos jovens e da própria sociedade civil. Assim sendo, torna-se inequívoca a necessidade de aumentar a “rede” de benefícios do Cartão Jovem de Santo Tirso, tal como, os respetivos locais e formas de adesão.

Prosseguindo na senda do desenvolvimento de uma relação de proximidade entre o jovem consumidor e o comércio tradicional, reforçando a motivação e consequente participação dos jovens em atividades de cariz social, cultural, desportivo e recreativo no concelho de Santo Tirso, o Cartão Jovem de Santo Tirso, surge com uma nova energia, apostado em chegar com mais eficiência ao seu público-alvo, a juventude, procurando ao máximo descentralizar a sua adesão e benefícios.

É por estas razões que, se propõe, também, a alteração da denominação e imagem do Cartão Jovem de Santo Tirso, numa perspetiva de inovação e aposta mais eficiente nas tendências do seu público-alvo, a juventude.

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento do cartão “Jovem ConVida” é alterado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2.º

Objeto

O presente regulamento tem por objeto estabelecer os termos, condições de acesso e de utilização do cartão “Jovem ConVida”, agora denominado de Cartão Jovem de Santo Tirso.

Artigo 3.º

Âmbito

1. O presente regulamento aplica-se a toda a área geográfica do concelho de Santo Tirso.
2. O Cartão Jovem de Santo Tirso do Município de Santo Tirso tem como objetivo geral a atribuição de benefícios aos seus titulares, tais como descontos e isenções no acesso a diversas atividades, designadamente, culturais, desportivas e recreativas organizadas pela autarquia e outras instituições parceiras, identificadas no sítio da Câmara Municipal na internet, em www.cm-stirso.pt.

Artigo 4.º

Condições de atribuição

O Cartão Jovem de Santo Tirso é atribuído aos jovens residentes e recenseados no concelho de Santo Tirso, com idades compreendidas entre os 12 anos e os 30 anos (inclusive).

Artigo 5.º

Condições de acesso



1. O Cartão Jovem de Santo Tirso pode ser adquirido gratuitamente, mediante preenchimento de formulário, disponível no sítio da Câmara Municipal na internet, em www.cm-stirso.pt, ou em suporte de papel nos seguintes serviços:



- Biblioteca Municipal;
 - Turismo;
 - Pavilhão Municipal;
 - Museu Abade Pedrosa;
 - Centro Cultural Municipal de Vila das Aves;
 - Edifício +Ambiente;
 - Museu Internacional de Escultura Contemporânea;
 - Centro Interpretativo do Monte Padrão;
 - Centro Interpretativo da Fábrica Santo Thyrso;
 - Complexo Desportivo Municipal;
 - Balcão Único da Câmara Municipal de Santo Tirso.
2. Serão, ainda, desenvolvidos protocolos com entidades públicas e privadas, com vista a aumentar os locais de adesão ao Cartão Jovem de Santo Tirso.
3. Para a emissão do cartão é necessária a apresentação dos seguintes documentos:
- Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade;
 - Cartão de contribuinte (se for o caso);
 - Comprovativo de morada.
4. A apresentação a que se refere o número anterior, prende-se apenas com os locais onde a adesão for realizada em suporte de papel.
5. Quando a adesão for realizada em formulário *online*, será necessário o *upload* da documentação referida no número três do presente artigo.



6. Após aprovação da documentação entregue, quer em suporte de papel quer em formulário *online*, o cartão será remetido pelos serviços camarários para a morada indicada pelo interessado.



Artigo 6.º

Competência

1- É da competência do presidente da câmara municipal:

- a) A atribuição do Cartão Jovem de Santo Tirso;
- b) A declaração de caducidade do Cartão Jovem de Santo Tirso nos termos do disposto no § 2.º do nº 5 do artigo 7.º e do nº2 do artigo 8.º.

Artigo 7.º

Benefícios

A atribuição do Cartão Jovem de Santo Tirso confere os seguintes benefícios:

1. Complexo Desportivo Municipal

- a) Utilização dos serviços e espaços do Complexo Desportivo Municipal – Desconto de 20%;
- b) Utilização gratuita do campo de futebol do polidesportivo, sem uso de balneário, em todos os dias úteis, até às 18h;

§ Único: Os benefícios previstos nas alíneas anteriores quando digam respeito à utilização de espaços por grupos só serão concedidos se pelo menos 50% dos utilizadores forem portadores do Cartão Jovem de Santo Tirso.

2. Cultura

a) Museus

- Entrada gratuita nas exposições promovidas pela câmara municipal de Santo Tirso, nomeadamente, no Museu Internacional de Escultura Contemporânea, Museu Municipal

Abade Pedrosa, no Centro Interpretativo do Monte Padrão; Centro Interpretativo da Fábrica Santo Thyrsu ou outros locais do município;

- Aquisição de publicações municipais – Desconto de 20% no preço.

b) Biblioteca

- Aquisição de livros – Desconto de 20% no preço.

c) Outros:

- Aquisição de bilhetes para os Festivais, Espetáculos e Concertos, promovidos exclusivamente pela câmara municipal de Santo Tirso – Desconto de 25% no preço;

- Aquisição de bilhetes para outras atividades culturais, desportivas ou recreativas promovidas pela câmara municipal de Santo Tirso - Desconto de 25% no preço;

- Desconto em iniciativas de formação, workshops, cursos e demais iniciativas de formação promovidas e sobre a responsabilidade da câmara municipal de Santo Tirso – Desconto de 25% no preço.

3. Aquisição de bens e serviços

- Descontos nos estabelecimentos comerciais aderentes, a definir pelos comerciantes.

- A listagem dos estabelecimentos aderentes consta do sítio da Câmara Municipal de Santo Tirso na internet, no “facebook” e “linkado” em todos os sítios na internet dos respetivos parceiros.

- Os estabelecimentos terão também visível um “dístico” identificativo da qualidade de estabelecimento aderente.

4. Taxas devidas por licença de obras e autorização de utilização de operações urbanísticas no âmbito do RJUE

4.1. Taxa devidas pela emissão de licença de construção e autorização de utilização no âmbito dos procedimentos abrangidos pelo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação para edificações destinadas à primeira habitação própria e permanente – Desconto de 20% nas taxas devidas;

4.2. Taxas devidas pela emissão de licença de construção e autorização de utilização no âmbito dos procedimentos abrangidos pelo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação para

edificações destinadas a atividades industriais e/ou comerciais, desde que exploradas pelo próprio - Desconto de 20% nas taxas devidas.

4.3. Os pedidos devem ser requeridos expressamente e devem ser instruídos com:

4.3.1 Habitação:

- a) declaração sob compromisso de honra em como a operação urbanística se destina a 1ª habitação própria e permanente;
- b) certidão emitida pela Autoridade Tributária com a relação dos artigos matriciais inscritos em nome do requerente e comprovativa de que o mesmo não beneficiou de isenção de IMI tendo por fundamento o facto de o prédio se destinar a habitação própria e permanente;

4.3.2 Comércio e/ou indústria:

- a) declaração sob compromisso de honra em como a operação urbanística se destina à atividade por si explorada para o caso de edificações destinadas a comércio ou indústria;
- b) declaração comprovativa de início de atividade.

5. Aquisição de terrenos municipais

- Desconto de 5% na aquisição de lotes do município, desde que destinados à construção de habitação própria e permanente;
- Desconto de 5% na aquisição de terrenos municipais para instalação de atividades económicas a explorar pelo próprio.

§ 1.º Os titulares do Cartão Jovem de Santo Tirso que adquiram terrenos municipais com os descontos referidos neste número 5, não poderão alienar tais terrenos, a título gratuito ou oneroso, sem autorização escrita da câmara municipal de Santo Tirso, no período de 10 anos a contar da data da assinatura do respetivo contrato de compra e venda, gozando o Município de Santo Tirso do direito de preferência.

§ 2.º A alienação dos prédios adquiridos nas referidas condições, sem autorização da câmara municipal de Santo Tirso, determina a caducidade do Cartão Jovem de Santo Tirso bem como a restituição imediata ao município do valor do desconto que o seu titular tenha usufruído.



§ 3.º A autorização da câmara municipal de Santo Tirso prevista no § 1.º deve ser precedida de requerimento do interessado, devidamente fundamentado, ficando na discricionariedade da câmara municipal a apreciação dessa fundamentação.

§ 4.º Caso a decisão da câmara municipal seja de indeferimento da fundamentação apresentada, o interessado poderá alienar o terreno adquirido, desde que previamente à celebração do respetivo contrato proceda à restituição ao município de Santo Tirso do valor do desconto de que tenha usufruído.

§ 5.º O direito de preferência previsto no § 1.º exerce-se nos termos previstos no artigo 416.º do Código Civil.

Artigo 8.º

Aplicação dos Regulamentos Municipais

1. Os titulares do Cartão Jovem de Santo Tirso ficam obrigados ao cumprimento das disposições previstas nos regulamentos municipais, designadamente:

- Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso;
- Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;
- Regulamento da Taxa pela realização de Infraestruturas Urbanísticas.

2. O incumprimento das disposições daqueles regulamentos pode determinar a caducidade do Cartão Jovem de Santo Tirso, bem como a restituição imediata do valor do desconto que o seu titular tenha usufruído no pressuposto do seu cumprimento.

Artigo 9.º

Intransmissibilidade e utilização do cartão

1. O Cartão Jovem de Santo Tirso é pessoal e intransmissível.
2. Na utilização do Cartão Jovem de Santo Tirso os seus titulares devem, sempre que solicitado, apresentar o seu documento de identificação civil.



3. A utilização indevida do cartão, a utilização por terceiros, bem como a comunicação de dados falsos ou a omissão de dados para a sua obtenção, constituem causas de cessação imediata de utilização do mesmo, com o correspondente cancelamento dos benefícios a ele inerentes, assistindo ao município o direito de exigir a reposição das verbas correspondentes a benefícios já concedidos, sem prejuízo da adoção do competente procedimento judicial que ao caso couber.

Artigo 10.º

Validade

O Cartão Jovem de Santo Tirso tem a validade de um ano a contar da sua emissão, sendo renovável, automaticamente, por iguais períodos até o respetivo titular perfazer os 31 anos de idade.

Artigo 11.º

Perda, furto ou extravio

1. A perda, o furto ou extravio do cartão devem ser imediatamente comunicados por escrito à câmara municipal de Santo Tirso.
2. A responsabilidade do seu titular pela utilização indevida do cartão só cessa após a comunicação por escrito da ocorrência.
3. Se após a comunicação referida nos números anteriores o beneficiário recuperar o cartão, deve, junto dos serviços competentes da câmara municipal de Santo Tirso, fazer prova da sua titularidade, sob pena de anulação do cartão.
4. A emissão da 2ª via do cartão está sujeita ao pagamento da quantia de 5,12€, atualizável, anualmente, nos termos do disposto no Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas municipais.

Artigo 12.º

Parcerias com outras entidades



1. Podem aderir ao Cartão Jovem de Santo Tirso, como parceiros, as entidades que, através de protocolo a celebrar com o município de Santo Tirso, se disponibilizem a conceder descontos sobre bens ou serviços no concelho.
2. Será disponibilizado um formulário online com vista a agilizar o processo de adesão à qualidade de parceiro.
3. As entidades parceiras terão direito a ver o nome da sua marca/empresa, no sítio da câmara municipal na internet, em www.cm-stirso.pt, em página e de forma a definir pela câmara municipal.
4. A parceria será finalizada com a celebração de um protocolo de parceria e concessão do dístico de “estabelecimento aderente”.

Artigo 13.º

Aplicação do Regulamento

1. As dúvidas e os casos omissos suscitados pela aplicação do presente regulamento serão resolvidos por despacho do presidente da câmara municipal.
2. O presidente da câmara municipal poderá delegar as competências expressas neste regulamento.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação em jornal de âmbito local.”

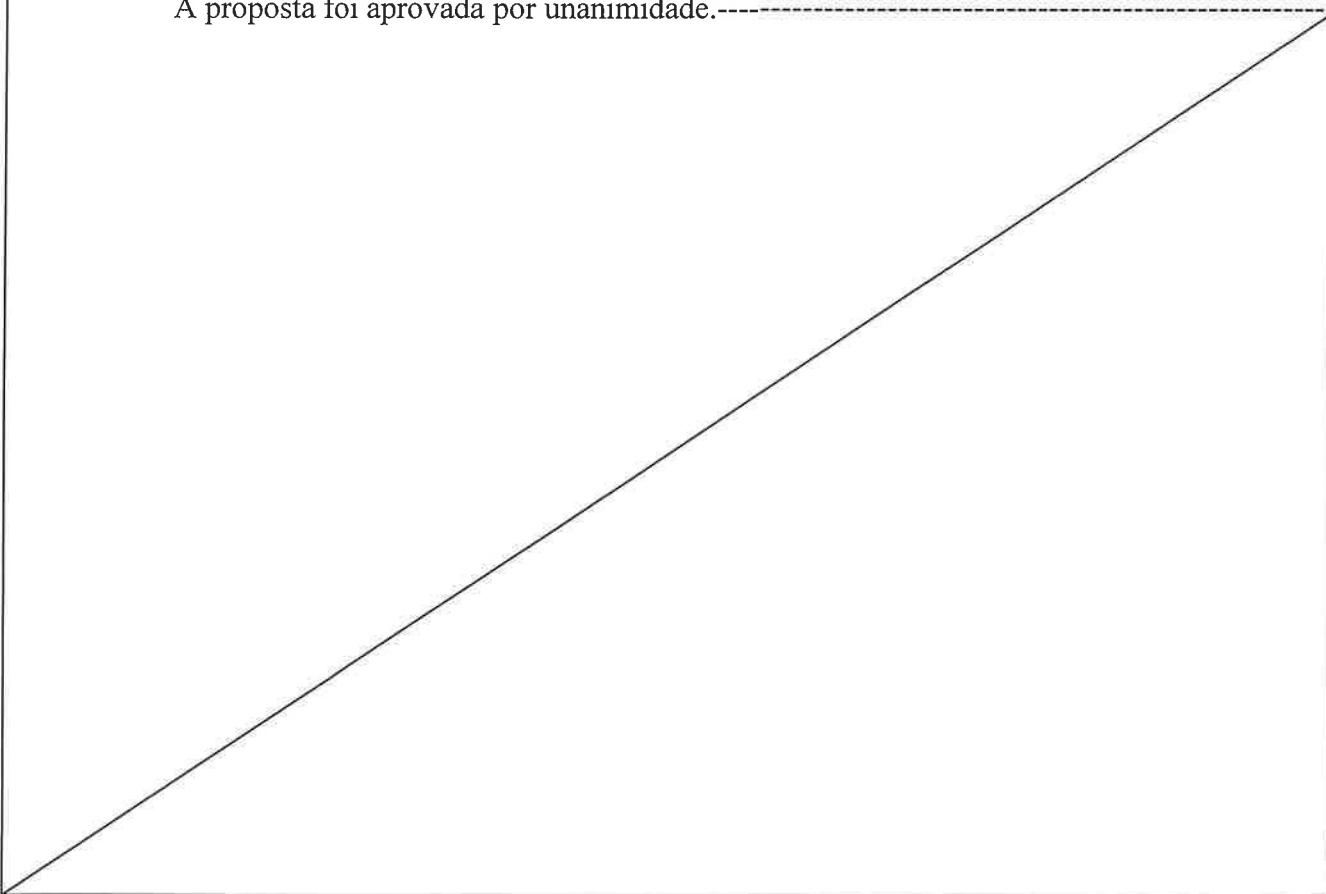


15. RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA A LEVAR A EFEITO PELA SOCIEDADE WEGEURO – INDÚSTRIA ELÉTRICA, S.A.: ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 25/06/2015 (ITEM ONZE DA RESPETIVA ATA): RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente o despacho do presidente da câmara, de vinte e um de dezembro findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.----

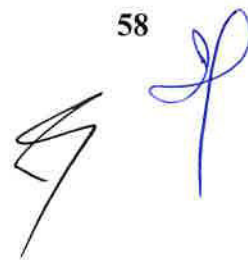
O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar o aludido despacho e remeter cópia do mesmo à assembleia municipal para homologação, na sequência da decisão daquele órgão deliberativo de trinta de junho de dois mil e quinze (item vinte e um da respetiva ata).-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



DESPACHO

58



Aditamento à deliberação da câmara municipal de 25/06/2015 (item 11 da respetiva ata)

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, retificar a deliberação da câmara municipal de vinte e cinco de junho de dois mil e quinze (item onze da respetiva ata), relativa ao reconhecimento do interesse público municipal de operação urbanística a levar a efeito pela sociedade WEGEURO – Indústria Eléctrica, S.A., no sentido de que o reconhecimento do interesse público diz respeito à operação urbanística respeitante ao processo de obras particulares 15/15 – LURB e também à construção de um edifício industrial, respeitante ao processo de obras particulares nº 75/15 – LEDI, cuja construção foi efetuada na sequência da aprovação do licenciamento do movimento de terras do terreno onde foi construído o referido edifício, e esse respeitante ao aludido processo 15/15 –LURB.-----

A decisão de isenção da requerente do pagamento do IMI pelo período de cinco anos diz respeito ao edifício licenciado no âmbito do referido processo 75/15 – LEDI, e atualmente inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo P9429, da freguesia União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães.-----

O presente despacho é proferido para que possa ser emitida a certidão solicitada por requerimento datado de cinco do corrente mês de dezembro, registado com o nº 25637.-----

Deverá ser junta cópia do presente despacho à certidão requerida.-----

Remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para ratificação. -----

Santo Tirso, 21 de dezembro de 2016

O presidente,





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Dezassex horas e quinze minutos.-----

E para constar se lavrou a ata que tem cinquenta e nove folhas e cinco documentos anexos (anexo I, relativo ao item nove; anexo II, relativo ao item dez; anexo III, relativo ao item onze; anexo IV, relativo ao item doze; e anexo V relativo ao item treze), apenas utilizadas no anverso, que eu Diana Paula Pereira Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 2017/01/26, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas nove da respetiva minuta).-----

A Secretária, Diana Paula Pereira Salgado